

## Cyberbullying e suas consequências

Miguel Augusto Sanches – 250831  
Bethina Elias Turola - 200570  
Professor ME Valter Gonçalves de Lima Júnior

Palavras-chave: agressão; anonimato; legislação; vítimas; prevenção

**Definição e Impactos do Cyberbullying:** O cyberbullying é uma forma de agressão que ocorre no ambiente digital, através de redes sociais, aplicativos de mensagens ou plataformas online. Ele envolve práticas de humilhação, perseguição e difamação, sendo frequentemente uma continuação do bullying tradicional, especialmente em escolas ou locais de trabalho. Com o aumento do uso da internet na década de 1990, o cyberbullying ganhou destaque, e em 2024, a Lei 14.811 no Brasil criminalizou essas ações.

**Objetivo do Estudo:** Este estudo visa explorar o fenômeno do cyberbullying, investigando suas origens, causas, principais vítimas e consequências. Além disso, examina a importância da legislação vigente e as estratégias de prevenção e apoio às vítimas.

**Metodologia:** Foram examinados casos de cyberbullying em redes sociais, jogos online e outras plataformas digitais. Também foram avaliadas as recentes mudanças na legislação e os impactos sociais causados por essa prática.

**Resultados:** Crianças e adolescentes são os principais alvos de cyberbullying, muitas vezes sofrendo ataques de maneira anônima ou vindos de pessoas conhecidas. O anonimato dos agressores é um dos fatores que intensificam a impunidade. As consequências variam entre danos emocionais e isolamento social. O Brasil é o segundo país no mundo com mais casos de cyberbullying.

**Discussão:** O estudo aponta que o cyberbullying tem efeitos graves nas vítimas, incluindo isolamento, depressão e, em casos mais severos, tendências suicidas. A nova legislação brasileira é um avanço importante para combater essas práticas, impondo penas como reclusão e multa para os agressores, além de estimular ações preventivas por meio de campanhas educativas.

**Conclusão:** O cyberbullying é uma séria ameaça ao bem-estar mental de jovens. A Lei 14.811/2024 oferece uma estrutura legal de proteção, mas é crucial intensificar a educação digital e o suporte psicológico às vítimas, além de criar canais eficientes para denúncias e responsabilização dos culpados.